



Nova Gestão do Estado e Combate à Corrupção

2004

Em seu primeiro ano, o atual governo iniciou uma verdadeira revolução na gestão do Estado, visando a superar os problemas decorrentes das medidas de enxugamento e desmonte que o Estado brasileiro sofreu desde o início dos anos 90. Foram adotadas medidas importantes para valorizar o serviço público como a forma intersetorial e transparente nas tomadas de decisão, a retomada do planejamento estratégico, a realização de novos concursos e a recuperação da capacidade administrativa dos órgãos, as inovações administrativas, os programas de otimização dos recursos públicos e de combate à sonegação e às fraudes.

Em 2003 iniciou-se o trabalho de fortalecer institucionalmente a administração pública federal no enfrentamento sem tréguas à corrupção. Foi um ano de corrupção zero num governo que não mediu esforços para enfrentar fraudadores, sonegadores e quadrilhas que se formavam dentro e fora do aparelho estatal.

Os princípios da transparência, publicidade e impessoalidade na administração pública passaram a ser uma realidade concreta no dia-a-dia do novo governo, o que está permitindo a construção de uma nova relação Estado-Sociedade.

INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES

Um dos maiores desafios que estão colocados para a gestão pública é desmontar a prática da ação setorializada, que desconsidera a complexidade da realidade que é necessário enfrentar para a elaboração e implementação das políticas públicas.

Um diferencial importante nesse primeiro ano foi o esforço de conduzir as ações de governo de forma intersetorial. A reativação das Câmaras de Política Econômica, de Políticas de Infra-Estrutura e de Políticas Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Política de Recursos Naturais, de Comércio Exterior e de Regulação do Mercado de Medicamentos, do Conselho de Governo, e a criação de novas Câmaras (a Câmara de Política Cultural e a Câmara de Políticas de Gestão Pública, a ser instituída brevemente) além dos inúmeros Grupos Interministeriais de Trabalho, é uma demonstração inequívoca dessa nova forma de governar.

Desse ponto de vista, o processo de unificação dos programas de transferência de renda, que culminou no Programa Bolsa Família, é exemplar dessa nova forma de governar; visto que, a partir da constituição de um processo que envolveu todas as áreas diretamente relacionadas, instituiu-se um novo programa, que leva em conta a grande complexidade que o combate à pobreza requer.

Foram conduzidos de maneira similar a construção de inúmeros programas e projetos como a Lei de Biossegurança, a proposta de reformulação das agências reguladoras, os modelos regulatórios setoriais que estão em fase de finalização, a proposta de Parceria Público-Privada (PPP), o projeto para conclusão da Ferrovia Transnordestina, a proposta de Revitalização do Rio São Francisco, o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), a reformulação e ampliação do Seguro Safra, a renegociação das dívidas relativas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (pagamento de empréstimos e financiamentos), etc.

Pode ser citada também a Criação do Fórum de Gestão Cooperativa das Empresas Estatais, com o objetivo de estabelecer um novo patamar de relacionamento entre o governo e as Empresas Estatais e, também, promover maior cooperação e integração das empresas entre si, potencializando a colaboração das empresas estatais no projeto de desenvolvimento do País.

TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES

Neste primeiro ano, foram desenvolvidas atividades de coordenação e articulação; sensibilização de autoridades públicas para criação de suas respectivas ouvidorias; e ações de defesa de direitos humanos para construir o perfil do Ouvidor-Geral da República. Existem, no Poder Executivo Federal, 62 unidades de ouvidoria, sendo que 21 delas foram criadas no ano de 2003. A Ouvidoria do Servidor é um exemplo.

No I Encontro Nacional de Ouvidores do Poder Executivo Federal, procurou-se formar um sistema de ouvidoria do Executivo e mobiliza os ouvidores públicos do País por meio do I Fórum Nacional de Ouvidores Públicos, realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2003. Foi um espaço para o debate e consenso acerca do modelo específico para a realidade nacional.

Estão sendo mapeadas pela Controladoria-Geral da União todas as origens e destinações de recursos federais transferidos e aplicados em estados e municípios. A partir desse trabalho, está sendo desenvolvido o Portal da Transparência, um sistema informatizado e capaz de disponibilizar aos cidadãos, via internet e por outros meios, em linguagem acessível, as informações sobre as verbas do governo. No momento, viabilizam-se os canais de comunicação e de dados, em articulação com os Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros órgãos que dispõem de estrutura e capilaridade de agências, para facilitar a divulgação das informações ao maior número possível de pessoas.

O Ministério da Previdência cumpriu o previsto no artigo 81 da Lei nº 8.212, de 1991 que, há 12 anos, determinava ao INSS a divulgação da lista de devedores da Previdência Social, o que foi ignorado pelas gestões anteriores.

Tornaram-se públicas também as decisões do Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS e a lista com nomes das entidades filantrópicas que contam com isenção da contribuição patronal para o INSS – em ambos os casos, as informações podem ser obtidas pelo sítio oficial.

O Ministério das Comunicações, por meio de sua página na internet, tornou públicas as realizações do projeto de inclusão digital Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), o andamento das auditorias, o acompanhamento de processos, a licitação eletrônica, os editais e as licitações das estações de rádio e TV.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) passou, neste governo, a disponibilizar todos os seus dados, incluindo a execução orçamentária e financeira realizada por suas diretorias regionais, bem como todos os contratos firmados.

A inventariança da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-Sudam criou a Comissão Permanente de Apuração, destinada a agilizar os processos administrativos que apuram irregularidades nos projetos do Fundo de Incentivos da Amazônia (FINAM).

O Ministério dos Transportes determinou que as licitações do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) terão acesso público via Internet; igualmente, estarão em rede a cronologia de pagamentos e detalhes sobre os contratos de obras públicas.

Fruto da necessidade de integrar todas as áreas gerenciais do Banco do Nordeste, planejar compromissos a respeito das ações implementadas e futuras e colocar a direção geral em contato permanente com as agências, o fórum de gestão corporativo, instituído em setembro de 2003, vem se tornando um dos símbolos da transparência do Banco do Nordeste.

O relacionamento com os colaboradores foi uma das grandes questões priorizadas pelo BNB em 2003. A atuação visou o fortalecimento do corpo funcional, dos organismos de representação e das formas adequadas de negociação e debate, com o conseqüente fortalecimento da instituição. Ações foram empreendidas com o objetivo de mitigar descontentamentos e promover um amplo processo de democratização das relações trabalhistas.

VALORIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

O novo governo decidiu retomar a prática do planejamento estratégico, nacional e regional, como instrumento para uma boa gestão e alocação dos recursos públicos. A filosofia adotada é a de integrar planejamento e orçamento para garantir maior eficácia da gestão pública.

Por essa razão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual 2004-2007 e a Lei Orçamentária Anual 2004 foram desenvolvidas a partir de uma concepção de transparência e de melhoria da qualidade do gasto público, de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com o menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Outra medida de garantir coerência ao processo de planejamento foi a análise da carteira de projetos de investimento com financiamentos de organismos financeiros internacionais, que indicou que vários empréstimos estavam sobrestimados, seja em relação à capacidade técnica de execução, seja em relação ao espaço orçamentário existente. Esse fato provocava custos financeiros desnecessários para o País e prejudicava o planejamento realista das atividades. Em função disso, empreendeu-se processo de revisão da carteira de projetos em execução, com o propósito de readequá-la à realidade fiscal e técnica. Além disso, em 2003, o novo governo adotou postura criteriosa com relação às novas contratações, no sentido de verificar a compatibilidade entre a solicitação de empréstimo e a capacidade do solicitante, tanto no que se refere ao desempenho de execução, como à disponibilidade financeira.

Em 2003, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi reestruturado para participar da elaboração dos projetos prioritários do novo governo. Suas atividades de pesquisa, estudos e de formulação de políticas públicas buscaram revitalizar o planejamento de médio e longo prazo, de modo a propor diretrizes concretas para o desenvolvimento econômico e social do País. Nesse sentido, suas atividades se voltaram à formulação de políticas sociais; produção de diretrizes de política industrial, de comércio exterior e tecnológica; definição da política para transgênicos; acompanhamento da economia e à elaboração de políticas de estabilidade e desenvolvimento.

A atividade do planejamento depende também da existência de dados estatísticos confiáveis e de boa qualidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, em setembro de 2003, as Estatísticas do Século XX, lançando olhar mais preciso sobre os últimos 100 anos da vida social do Brasil. Na mesma direção, cabe mencionar o encerramento da coleta de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) em junho último, que será divulgada ainda no primeiro trimestre de 2004.

A elaboração do Atlas Nacional e do Radar de Políticas Sociais tem como objetivo a criação de indicadores específicos para acompanhar as políticas sociais.

Em 2004, o plano de gestão do PPA deverá ser normatizado e implementado por todos os órgãos da administração pública federal. Isso possibilitará maximizar, na sociedade, os impactos da ação do Governo Federal mediante a utilização de processos e instrumentos adequados à obtenção de eficiência na ação de governo, fortalecendo e disseminando uma administração orientada para resultados.

Com relação aos investimentos que têm financiamento de organismos financeiros internacionais para o ano de 2004, ênfase será dada, pelas revisões periódicas da carteira, ao monitoramento do portfólio em execução. Ele é da ordem de US\$7,3 bilhões. A intenção é obter melhor desempenho. Preve-se inclusive o cancelamento de parcelas de empréstimos e redimensionamento de projetos.

Quanto aos novos financiamentos externos, a programação será ajustada às prioridades estabelecidas no PPA 2004-2007, para maximizar a utilização desses recursos nas ações de maior relevância para o País.

Serão desenvolvidas ainda ações preparatórias para a realização do censo agropecuário e de contagem da população em 2005. A ação principal envolve a atualização do mapeamento urbano e rural, abrangendo as áreas de expansão das cidades, as divisas intermunicipais, a identificação de assentamentos fundiários, e outras áreas.

MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

Para alcançar o objetivo de tornar o Estado capaz de prestar serviços de qualidade e compatíveis com as demandas dos cidadãos é necessário empreender um conjunto de medidas de aprimoramento e racionalização das estruturas organizacionais da administração pública federal, de utilização intensiva da tecnologia da informação, de definição de políticas e diretrizes para recursos humanos e fomentar, nos governos federal, estaduais e municipais, ações de desburocratização e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Marcando claramente a intenção de construir esse novo modelo de gestão, que permita o aprimoramento institucional do governo federal, foi elaborado o Plano “Gestão Pública para um Brasil de Todos”, que leva em conta, de forma sistêmica, as diferentes dimensões da gestão pública.

Simultaneamente, desenvolveram-se inúmeras iniciativas de melhoria de processos e procedimentos, que resultaram em importantes ganhos para os usuários envolvidos.

Foi implantado, em São Paulo, projeto piloto para revisão dos processos de atendimento do INSS para, aliando nova tecnologia com novos processos de trabalho, otimizar os recursos e melhorar a qualidade de atendimento ao público. Neste trabalho, está incluído o projeto de atendimento agendado, para minimizar as filas.

O Ministério do Trabalho e Emprego reformulou os procedimentos na área de imigração, adotando critérios objetivos de julgamento e transparência. Foram eliminados procedimentos que eram predominantemente subjetivos e poderiam estimular a ação de lobby de pessoas e empresas.

No processo de pagamentos das obras de transporte, foi implantado novo modelo de fiscalização, em parcerias com o Exército, Caixa Econômica Federal, Creas e universidades – o que proporcionou melhor controle da qualidade das obras públicas.

Dentre todos os problemas da Previdência Social, identificados no início da gestão, nenhum era tão grave quanto o estado de esgotamento tecnológico da Dataprev, responsável por toda a Tecnologia de Informação da Previdência Social. A utilização de 95% da capacidade do sistema vinha provocando sérios prejuízos não só quanto ao atendimento ao cidadão, mas à própria segurança na concessão de benefícios, extremamente sujeitos às fraudes por falta de capacidade para cruzamento de dados e para a implementação de outros controles.

Para preparar a modernização do parque tecnológico da Dataprev e livrá-la da dependência que mantém em relação a um fornecedor privado desde sua criação, há 29 anos, efetuou-se contrato emergencial, que reduziu de R\$4,3 milhões para R\$2,2 milhões (média do semestre) o aluguel mensal pago pelos computadores que rodam o sistema da Previdência Social, incluindo um computador mais potente, que já está em plena operação. A Dataprev passou a operar com cerca de 60% de sua capacidade, abrindo espaço para um grande ganho de eficiência no atendimento e enfrentamento do crescimento vegetativo de nossos cadastros.

A Advocacia Geral da União iniciou o Programa de Qualidade da sua Secretaria-Geral, buscando melhorar a prestação dos serviços de suporte à sua atividade finalística.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento unificou os 32 protocolos espalhados pelo Brasil, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentação

(SIGID), permitindo o acompanhamento do trâmite de documentos via Internet, com total transparência.

Da mesma forma, o Sistema de Autuações e Aplicações de Multas (SICAR), que está em ação na intranet do ministério, está servindo para agilizar e controlar melhor o acompanhamento de processos administrativos e pagamento de multas.

Em 2003, o Banco do Nordeste (BNB) deflagrou uma ampla revisão de sua estrutura organizacional, com o objetivo de atender aos desafios colocados pelo Governo Federal e pela atual administração da empresa. As mudanças proporcionaram maior agilidade ao processo decisório, deram atenção às necessidades de segregação de determinadas funções, integraram atividades de mesma natureza, eliminaram superposição de atividades e aumentaram a integração do banco com o mercado. O BNB também se preocupou com a qualificação do corpo funcional, criando 5.706 oportunidades (82% destinadas às agências), com destaque para o incentivo a 95 cursos de especialização, 17 de mestrado e 16 cursos de doutorado.

Nesse processo de recuperação e alavancagem da máquina pública, houve a maior autorização de concursos dos últimos nove anos. Foi autorizado o preenchimento de 24.808 novas vagas em áreas que foram solapadas nos governos anteriores, mas que oferecem bens públicos essenciais para a sociedade:

- O atual governo, somente no primeiro semestre de 2003, abriu mais vagas nas Instituições Federais de Ensino (IFES) do que o acumulado das gestões de 10 anos atrás. Foram autorizados concursos para 2.500 docentes, 3.782 técnicos-administrativos para as universidades e 7.700 para os Hospitais Universitários. Somados a mais 382 vagas resultantes de exonerações e de concursos não preenchidas no ano passado, totalizam 14.364 vagas.
- Foi autorizada a realização de concurso para 300 analistas de finanças e controle, além de realizado concurso para provimento de 90 cargos de gestores governamentais e 70 cargos de analista de planejamento e orçamento.
- Realizaram-se concursos para as carreiras de advogado da união e de procurador federal, tendo ingressado nas respectivas carreiras 219 advogados da união e 530 procuradores federais.

- Na área de Meio Ambiente realizou-se concurso público que permitiu iniciar a estruturação de seu corpo funcional e das autarquias vinculadas, com o preenchimento de 110 cargos efetivos da Agência Nacional de Águas (ANA) e 533 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Foi autorizada a realização de concurso público e a nomeação para provimento de 450 cargos de auditor fiscal da Receita Federal e de 550 cargos de técnico da Receita Federal para o quadro de pessoal do Ministério da Fazenda. Autorizou-se ainda a nomeação de 76 cargos de fiscal federal agropecuário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- O INSS realizou seu primeiro concurso público (à exceção de auditores fiscais) após 18 anos sem a renovação do quadro permanente, substituindo funcionários terceirizados, cujas responsabilidades incluíam até a concessão de benefícios previdenciários. Foram nomeados 3.800 servidores, concursados para cargos de analista e técnico previdenciário, além de 350 novos procuradores. Além disso, autorizou-se a abertura de concurso com vistas à contratação de 250 novos auditores fiscais.
- O Banco do Nordeste realizou concurso público regionalizado para assistente administrativo, selecionando, dentre um total de 233 mil inscritos, 865 profissionais para assumir suas funções em todo o Nordeste a partir de fevereiro de 2004, melhorando as condições de funcionamento das agências do interior e os resultados da empresa.

Superou-se a precariedade jurídica da definição do quadro funcional das agências de regulação, permitindo a conclusão do primeiro concurso público para provimento de cargos de uma agência reguladora (Agência Nacional de Águas). Ainda no corrente exercício será viabilizada a realização de concurso para provimento de cargos efetivos em todas as demais agências, a fim de constituir-se o seu quadro permanente com base no sistema do mérito.

Para fortalecer os Ministérios, serão criados 600 cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Houve também a regularização de mais de 3.000 contratados por projetos de Cooperação Internacional, sendo que 3 mil, com atividades caracterizadas como permanentes, serão substituídos por meio de concurso público até 31 de julho de 2004. Ao todo, 5.043 vagas em projetos de cooperação com organismos como o Pnud e Unesco, estão passando pelos processos

de seleção para contratação temporária, em cumprimento à legislação e ao Termo de Ajuste de Conduta, superando irregularidades cometidas em anos anteriores.

Além das novas contratações, caminhou-se na reestruturação de diversas carreiras incluindo-se as carreiras do Ciclo de Gestão, Ciência e Tecnologia, Banco Central, CVM e Susep, e a reestruturação de planos de cargos como o da Abin e das Instituições Federais de Ensino.

Após mais de 15 anos de divergências jurídicas, negociou-se com os representantes sindicais previdenciários a reformulação da carreira. Cerca de 56 mil servidores, inclusive aposentados, recebiam rendimentos menores que os colegas devido a decisões judiciais. Com essa reformulação, eles terão incorporação de 47,11%, pagos em quatro parcelas até 2005, além de uma nova carreira, com critérios de profissionalização e estímulo.

Para aquisição de novos conhecimentos, metodologias, desenvolvimento de competências e troca de experiências, foram desenvolvidos, em 2003, por meio da Escola Nacional de Administração Pública-Enap, projetos de cooperação técnica internacional com Canadá, França e Espanha, voltados ao desenvolvimento de dirigentes e gerentes estratégicos do Governo Federal e aperfeiçoamento de habilidades dos quadros técnicos. Essas iniciativas, aliadas aos cursos de gerenciamento de equipes e à aplicação de ferramentas de gestão, envolveram 14 mil servidores em 2003.

O grande destaque na área de recursos humanos foi a criação de um sistema nacional de negociação coletiva no serviço público, por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente, composta por uma Mesa Central, comissões temáticas e por Mesas Setoriais, que visa possibilitar o trato das demandas do governo e dos Servidores, de forma democrática e transparente e com a participação da sociedade. A mesa de negociação nacional foi instalada em fevereiro de 2003.

GOVERNO ELETRÔNICO

Para alcançar uma gestão pública mais transparente, voltada para os cidadãos e comprometida com a qualidade dos serviços públicos, é necessário acelerar a implementação do governo eletrônico, com a promoção da universalização do acesso aos serviços e a divulgação de informações governamentais.

Nesse sentido, o governo tem atuado buscando a interação com o cidadão, com parceiros e fornecedores em um grande número de iniciativas.

Ampliação do Pregão Eletrônico – Com relação à gestão das compras e contratações, verificou-se a ampliação do uso de modalidades avançadas de licitação, com o crescimento da utilização do pregão, que ampliou sua participação no total das despesas de 14% em 2002, para 20% em 2003 (dados relativos ao acumulado de janeiro a outubro), possibilitando a obtenção de reduções médias de 20% nos preços, porque intensifica a competição entre os fornecedores.

O Ministério da Educação criou dois novos instrumentos de consulta à disposição da sociedade por meio da Internet. O EdudataBrasil oferece informações educacionais de todos os níveis de ensino permitindo a construção de séries históricas de dados. O DataescolaBrasil complementa o programa anterior ao fornecer os mais diversos dados de todas as 180 mil escolas públicas de educação básica. São importantes ferramentas para aferição de resultados e o controle social da situação das escolas.

O Ministério da Educação criou ainda mecanismos de transparência no processo de repasse de verbas e de facilidade para a apresentação de projeto e prestação de contas. Agora, as secretarias estaduais e municipais podem se cadastrar e encaminhar seus projetos por meio da Internet.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizou toda a legislação federal agropecuária, informações relacionados à aplicação de produtos fitossanitários e recomendações de Indicação de Uso de Defensivos Agrícolas por meio dos sistemas Agrolegis e Agrofit.

O Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE), tornou mais ágil os trâmites de registro de produtos e estabelecimentos, o que permitirá maior eficiência no processo, reduzindo prazos e custos para o setor privado e o governo.

Em 2004, serão priorizadas a Infovia Brasília: implantação de infra-estrutura integrada de comunicação de voz, dados e imagem em 47 prédios da administração pública federal; a modernização do sistema eletrônico de compras governamentais, pela implantação de novas funcionalidades no Comprasnet, e a integração dos sistemas estruturadores do Governo Federal.

O Ministério das Comunicações por meio do projeto GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – instalou 200 telecentros comunitários que permitem a universalização do acesso gratuito às informações e aos serviços do Governo, por meio eletrônico. Além disso, o Gesac possibilita o acesso à Internet pública. Para o ano de 2004 está prevista a instalação de mais 100 telecentros, priorizando localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O CorreiosNet é um novo serviço dos Correios que vai transformar a vida de milhões de brasileiros, principalmente daqueles que, hoje em dia, não têm acesso a um computador. Em 2003, ainda em caráter experimental, foram disponibilizados no CorreiosNet-Endereço Eletrônico 10.600 contas de *e-mail* para recebimento e envio de mensagens e documentos e 74 lojas foram hospedadas no CorreiosNet-Shopping para a realização segura de transações comerciais de compra e venda de produtos e serviços pela internet. O CorreiosNet-Terminal de Acesso Público à Internet (instalação de terminais em todas as Agências de Correios para acesso à Internet) foi desenvolvido e testado em 2003 devendo suas operações serem iniciadas no decorrer de 2004.

O CorreiosNet-Endereço Eletrônico irá disponibilizar, gratuitamente à população brasileira, 1.018.000 endereços, enquanto que o CorreiosNet-Shopping deverá hospedar mais 300 lojas. Há previsão de instalação de 2.587 terminais do CorreiosNet-Terminal de Acesso Público à Internet

OTIMIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

O Programa de Otimização de Recursos Públicos vem sendo implementado com o objetivo de garantir maior eficiência nos gastos públicos.

Já se efetuou a revisão dos principais processos e procedimentos de contratação de serviços de terceiros pelo setor público, como de limpeza e segurança; *software* e informática; telefonia, passagens e diárias; e serviços bancários, apresentando como resultado uma utilização mais eficiente dos recursos, o que permitiu que se fizesse mais e melhor com os poucos recursos disponíveis.

Entre 2002 e 2003, o Governo Federal obteve uma redução global preliminar de 28,8% das despesas com compras e contratações de bens e serviços. A criação de sistema informatizado de controle e a edição de normas, determinando a seleção de tarifas mais econômicas, possibilitaram a redução de cerca de 30% nos custos de transporte, nos trechos de maior utilização.

Com a entrada em operação do novo pregão presencial e eletrônico, dotado de maiores facilidades para os usuários, é esperada uma aceleração em sua utilização. Os ganhos médios em termos de redução dos valores gastos em aquisições públicas, dentro dessa modalidade, tem se situado na média de 25%. Outra novidade que entrará em operação no início de 2004 será a cotação eletrônica: permitirá a substituição, nas compras abaixo de R\$8 mil, dos antigos

procedimentos em papel. Os procedimentos desta natureza representam mais de 80% de todas as operações de aquisição de bens e serviços monitorados pelo Siasg/Comprasnet. Estima-se uma redução expressiva dos custos de realização de tais aquisições, além da agilização dos processos e ampliação de sua transparência.

Outra medida de grande importância para o tema será a publicação da norma que substituirá a atual Instrução Normativa nº 18/97, que disciplina a contratação de serviços a serem executados de forma indireta e contínua, celebrados por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). A nova norma possibilitará uma maior capacidade de gestão sobre esses gastos, que representam cerca de 60% do custeio da administração pública direta federal.

Todos os ministérios adotaram medidas de racionalização na utilização dos recursos financeiros. Entre eles, podemos destacar:

- O Ministério da Saúde promoveu um conjunto de medidas que propiciaram, até outubro de 2003, uma redução de gastos de R\$432,2 milhões; aquisição direta de medicamentos e insumos estratégicos, especialmente hemoderivados e anti-retrovirais; revisão de contratos; realização de auditoria nos cinco hospitais e fundações de saúde federais, sediadas no Rio de Janeiro, para investigar denúncias de corrupção e eficiência na execução dos acordos de cooperação com organismos internacionais.
- O Ministério das Cidades promoveu um forte saneamento da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que apresentava sérios problemas de má gestão. Dentre essas iniciativas podemos citar: cancelamento de licitação irregular e promoção de nova licitação de obras no metrô de Recife com redução de custo da ordem de R\$9 milhões; anulação da concorrência para construção de terminal de passageiro do Vilarinho em Belo Horizonte, em decorrência de irregularidades; fechamento do escritório em Fortaleza onde a administração do metrô se encontra regionalizada; cancelamento de contratos de consultoria jurídica equivalentes a R\$800 mil/mês.
- O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento procedeu a revisão de contratos de manutenção, obtendo economia de R\$36 milhões no ano (23%).
- No início do 2003, o déficit orçamentário da administração interna do Ministério da Educação era estimado em cerca de R\$12 milhões. Por meio da renegociação dos contratos administrativos vigentes e da conscientização dos seus servidores, conseguiu-se reduzir o déficit pela metade em julho e, ainda, eliminá-lo completamente até o final do ano.

- O MCT realizou o saneamento financeiro e estancou o processo de descapitalização da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em janeiro de 2003 havia R\$161,2 milhões de inadimplência. Até outubro de 2003 a inadimplência foi reduzida em 22%.
- No âmbito do Programa de Concessões de Rodovias Federais, o governo federal decidiu cancelar todos os processos de licitação para realizar nova modelagem destinada a dar segurança técnica, jurídica e econômica ao processo. A meta foi garantir contratos com tarifas mais razoáveis durante todo o período da concessão.

A atuação da Advocacia Geral da União em ações judiciais, com vitórias em diversos Tribunais, resultou numa economia de aproximadamente R\$111 bilhões aos cofres públicos, em apenas três ações. Além disso, o valor das execuções judiciais movidas contra a União foi de cerca de R\$7,2 bilhões, dos quais a AGU impugnou cerca de R\$5,3 bilhões, que estão sendo submetidos à apreciação judicial. Por outro lado, as ações em favor da União, resultaram no valor aproximado de R\$190 milhões, já tendo sido recolhidos aos cofres públicos cerca de R\$30 milhões.

COMBATE À SONEGAÇÃO E ÀS FRAUDES

A Previdência Social busca estabelecer novas estratégias de combate à sonegação e às fraudes.

A Procuradoria do INSS arrecadou R\$2,1 bilhões até outubro, o que significa 11,1% a mais do que o valor registrado em igual período de 2002. Foi adotada uma estratégia nova e bem-sucedida: pleitear na Justiça a penhora do faturamento dos devedores. Deste total, R\$631,1 milhões correspondem à arrecadação da Procuradoria nas ações trabalhistas, ou 10,76% além do auferido em igual espaço de tempo no ano passado.

O Resultado de Ação Fiscal (RAF), em todo o Brasil, até 30/11/2003, atingiu o montante de R\$13,2 bilhões, obtido mediante auditorias-fiscais e diligências efetuadas em mais de 78 mil contribuintes.

Foi estruturado um severo programa de combate às fraudes com resultados expressivos:

- No início do governo, apenas duas forças-tarefa (composta por auditores do INSS, delegados e agentes da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público Federal) combatiam crimes contra a Previdência Social, uma em São Paulo, praticamente desativada, e outra no Rio de Janeiro. Atualmente, existem 17 grupos espalhados pelo

Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O resultado desse trabalho já contabiliza economia superior a R\$100 milhões, apenas neste ano, sem contar o efeito “pedagógico” do combate às fraudes.

- Até novembro de 2003, ações de fiscalização em órgãos públicos resultaram em créditos de R\$1,3 bilhões.
- Houve nova fiscalização em 127 empresas, nas quais a contabilidade havia sido esquadrinhada em gestões anteriores. O resultado foi a identificação de R\$356 milhões em créditos sonogados.
- A fiscalização aprofundou-se também nos clubes e federações de futebol: R\$26,5 milhões sonogados foram descobertos.

O cadastro da Previdência Social foi abandonado nos últimos anos, sem gerenciamento e com poucos investimentos tecnológicos. A atual gestão está diagnosticando as áreas de risco, mensurando de forma amostral os maiores focos de potenciais fraudes, e projetando as medidas de regularização do passado, além de determinar medidas preventivas em relação às concessões futuras de benefícios. Os cadastros passaram a ter gerenciamento dinâmico.

O INSS, com base em informações da Funasa, do SUS e de cartórios, descobriu que 20,7 mil benefícios estavam sendo pagos em nome de beneficiários já falecidos. O volume gasto com esses pagamentos indevidos chegava a R\$6,7 milhões. Há indícios de que o número de benefícios indevidamente não cessados é muito superior, pois as informações sobre falecimentos são imprecisas e dados do IBGE e do INSS indicam que há mais benefícios do que habitantes para as faixas etárias acima dos 70 anos de idade.

O Governo Federal está economizando R\$9,2 milhões por mês com as auditorias feitas na folha de pagamento dos servidores públicos civis, sendo o volume maior – R\$8 milhões, obtido com o cruzamento de dados entre o cadastro do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) do governo federal com o cadastro de controle de óbitos do INSS.

Além do cruzamento com a base de dados do INSS, tem sido realizadas auditorias operacionais identificando casos de acumulação ilegal de cargos por servidores de estados e municípios.

Outro ponto de destaque na auditoria da folha de pessoal refere-se ao projeto de negociação com a rede bancária visando a padronizar e estabelecer rotinas que permitam maior rapidez na suspensão de pagamentos de servidores falecidos. Hoje esta padronização está em execução com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e já foram revertidos pagamentos no valor de R\$3 milhões, revertidos para a União.

COMBATE À CORRUPÇÃO

A transformação e ampliação da antiga Corregedoria, que passa a ser a Controladoria-Geral da União (CGU), permitiu a integração das funções de controle interno (fiscalização e auditoria), com as de correição e ouvidoria.

Para cumprir essas funções, adotou-se uma prática de articulação que culminou na celebração de convênios com o Ministério Público Federal, ministérios públicos de todos os estados da Federação e com a Polícia Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de auditoria, fiscalização, investigação e apuração de desvios de recursos públicos.

O mais inovador nessa área foi a criação do programa de fiscalização dos municípios, a partir de sorteios públicos; desse modo, verifica-se a aplicação de todas as verbas federais e também dos atos regulatórios do governo. O programa usa o sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, os município a ser fiscalizados. Assim, busca despertar e estimular a participação das populações, na tarefa de controle sobre os agentes públicos locais.

Em 2003, foram fiscalizados 281 municípios, envolvendo recursos superiores a R\$1,5 bilhão, com mais de 14 mil ações de fiscalização e a geração de 2,5 mil relatórios encaminhados aos órgãos responsáveis pelas ações corretivas: ministérios gestores, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, etc. A visibilidade do programa tem feito crescer a confiança da população no governo, aumentando geometricamente o número de denúncias. Por essa razão, métodos de auditoria e fiscalização foram também adotadas naqueles casos em que a gravidade, consistência e relevância das irregularidades exigiam pronta atuação, justificando essa forma prioritária de ação.

Para aprofundamento e avaliação dos resultados, foi realizado em Teresina-PI, em dezembro, seminário para discutir formas de aprimorar o controle sobre a aplicação de recursos públicos por gestores de várias esferas da administração. A experiência servirá de piloto e estudará

quatro áreas-problema do ponto de vista da vulnerabilidade aos desvios: educação, saúde, assistência social e integração nacional.

Criado pela Lei nº 10.683, de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será, a partir de sua instalação no primeiro semestre de 2004, o foro privilegiado, com expressiva participação da sociedade civil, para o debate das sugestões relativas aos meios e estratégias de combate à corrupção e à impunidade, junto com a busca de crescente transparência para todos os atos da administração pública.

Intensificaram-se as operações policiais para o combate ao desvio de conduta de servidores da Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos públicos, incluindo membros do Judiciário. Exemplo disso é o sucesso no combate à exploração ilegal de madeira e à grilagem de terras na Amazônia. Parcerias estabelecidas com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, além de firme atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), permitiram instaurar procedimentos de sindicância, processos administrativos disciplinares e ações de improbidade administrativa, tendo resultado em apenação e demissão de servidores. Destacam-se, nesse particular, inquéritos policiais, sobretudo nos estados da Amazônia, com a prisão preventiva de vários servidores e pessoas físicas arroladas por práticas criminosas.

Em 2004, a Controladoria irá consolidar o programa de fiscalização a partir de sorteios públicos, com ajustes e aprimoramentos que decorrem do primeiro ano de prática. O programa avançará em 2004 sobre a fiscalização de recursos federais aplicados pelas administrações estaduais, iniciando pelo exame de programas estratégicos. Estão previstas para o período 300 fiscalizações integrais em áreas municipais e 125 em programas executados pelos estados.

Diante da precariedade da atuação dos conselhos comunitários, especialmente no tocante às suas funções fiscalizadoras dos programas sociais nos estados e municípios, a CGU inicia no ano de 2004, de forma articulada com os ministérios, um trabalho de levantamento e análise da situação. A intenção é melhorar o desempenho dessas instâncias de controle social, incluindo possível revisão do quadro normativo que dispõe sobre sua composição. Completa esta ação um programa de capacitação para membros desses conselhos e de informação à população sobre funções e responsabilidades. Nesta ação está previsto o treinamento inicial de conselheiros de municípios em três regiões do País e a realização de três fóruns para a mobilização da comunidade em caráter de experiência-piloto.

A Controladoria dará início, também neste ano, a um programa de capacitação de agentes públicos municipais em gestão e controle de recursos públicos. Estão sendo elaboradas cartilhas informativas destinadas aos agentes públicos municipais, com orientações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, e à população em geral, com informações sobre as formas de denunciar e combater a corrupção. Prevê-se, no primeiro semestre, o treinamento de agentes municipais em municípios da região Nordeste, e a capacitação de 60 multiplicadores para a extensão do programa no semestre subsequente.

No combate à chamada grande corrupção, que se articula, com o crime organizado e implica quase sempre em lavagem de dinheiro, a Controladoria, entre outras iniciativas, dará seqüência às deliberações do Encontro Nacional sobre Lavagem de Dinheiro. Preparará instrumento normativo e campanha de orientação aos órgãos públicos federais e estaduais para investigar sinais exteriores de riqueza e outros indícios de malversação de recursos, porventura apresentados pelos funcionários (sindicância patrimonial). Com a Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal e Ministério da Justiça, será feito estudo visando a criminalização do enriquecimento ilícito, o que leva em conta os termos das convenções da OEA e da ONU, assinadas pelo Brasil.

Outro projeto da Controladoria para este ano será a proposta de institucionalização de um sistema de corregedorias do Poder Executivo Federal, integrado por uma corregedoria setorial em cada ministério e corregedorias setoriais em órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, a exemplo das já existentes no INSS, Secretaria da Receita Federal e Departamento de Polícia Federal.

Fruto do descaso com o controle na administração que antecedeu a presente gestão, centenas de processos administrativos disciplinares estavam parados ou sequer haviam sido iniciados por absoluta falta de servidores capacitados para formar as comissões. Para acabar com esta grave situação, responsável pelo estímulo à cultura da impunidade, a CGU intensifica, este ano, um programa, iniciado no ano passado, de treinamento em massa de servidores federais para compor os grupos de trabalho encarregados dos processos. Para isso, Com a finalidade de acelerar essa questão, proporá uma completa revisão na legislação sobre o assunto e promoverá o treinamento de 500 servidores federais em processo disciplinar.

Serão desenvolvidas ações preparatórias ao IV Fórum Global de Combate à Corrupção, megaevento que reunirá, no Brasil, ministros e outros representantes de mais de 100 países de todos os continentes, além de organismos internos, para discutir o aprimoramento dos métodos bem como a cooperação internacional nessa área.

2004 será também o ano da implementação, no âmbito interno, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, importante documento assinado, em dezembro último, no México, pelo governo brasileiro. A convenção, que trata da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e da repatriação de ativos ilícitos desviados para outros países, precisa ainda ser ratificada pelo Congresso Nacional.

A atuação judicial da AGU tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, à medida que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União perante diversos Tribunais, uma vez que, em apenas três ações, a AGU evitou um gasto de aproximadamente R\$111 bilhões aos cofres públicos.

Relevante contribuição para o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência Social – uma das grandes preocupações do atual Governo – tem sido alcançada pela Procuradoria Especializada do INSS, órgão da Procuradoria-Geral Federal, que tem conseguido evitar uma das grandes evasões da receita previdenciária, decorrente do fato de que em milhares de ações trabalhistas as decisões de mérito ou acordos homologados em juízo classificavam as verbas pagas aos trabalhadores reclamantes como indenizatórias, descaracterizando-as, assim, como fato gerador da incidência de contribuições previdenciárias. A atuação firme e constante da AGU/PGF tem conseguido reverter esse quadro, já tendo obtido para os cofres públicos uma arrecadação de cerca de R\$750 milhões, o que, inequivocamente, contribui para diminuir o déficit da Previdência Social.

Como exemplo da contribuição da atuação consultiva da AGU para a democratização do Estado, é relevante destacar o Parecer n° AGU/JD-1/2003, publicado no *DOU* de 23 de outubro de 2003, vinculante para a Administração Pública Federal -, que possibilitou uma interpretação do art. 6° da Lei n° 10.559, de 2002, de forma mais abrangente e benéfica para os militares anistiados, especialmente no que se refere às promoções a eles asseguradas.

Uma das grandes inovações na gestão da Advocacia-Geral da União foi a criação das Comissões Temáticas, com o objetivo maior de assistir ao Advogado-Geral da União quanto à atuação da Instituição em relação à representação judicial e extrajudicial da União e ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República.

A AGU, como instituição, consolidou a sua atuação de mediadora dos conflitos jurídicos no Governo e assumiu uma posição estratégica em momentos críticos.

Em 2004, as ações de integração e coordenação serão desenvolvidas para dar tratamento jurídico seguro, uniforme e preventivo às ações do Governo, com realce para o controle prévio da legalidade dos atos da Administração Federal, inclusive os destinados ao processo legislativo.